

Apontando a fragilidade dos pressupostos da informação profissional, que se sustentam numa aparente objetividade, simplicidade e neutralidade, Ferretti propõe uma reformulação de seus objetivos, conteúdo e forma, de modo a permitir a aquisição de informações fidedignas que estimulem a reflexão crítica sobre o exercício de uma profissão dentro de um contexto como o nosso.

O terceiro e último capítulo apresenta, de uma forma introdutória, os principais conceitos a respeito de trabalho, sendo útil para uma primeira aproximação com este importante tema.

A obra de Ferretti revela-se uma efetiva contribuição na área da orientação educacional, pois questiona, de forma aprofundada, o papel que a orientação profissional vem desempenhando no cenário educacional e social brasileiro. Além da crítica, o autor preocupa-se em descortinar possíveis pistas, que permitirão a superação dos problemas apontados.

Uma questão que já foi objeto de análise de um outro trabalho nosso (*A Escolha Profissional: Uma Tentativa de Compreensão da Questão na Perspectiva da Relação Indivíduo/Sociedade*, 1987, mimeo) diz respeito à noção de indivíduo empregada pelo autor. No livro, tal noção é criticada segundo a perspectiva da doutrina liberal e, em função disso, a idéia de indivíduo é abandonada. Depreende-se, pela leitura do livro, que o indivíduo é uma abstração. No nosso modo de entender, a noção de indivíduo deve ser resgatada, não no sentido da ideologia liberal, mas de uma concepção mais abrangente que dê conta da relação indivíduo/sociedade de uma forma onde um pólo não se sobreponha ao outro.

Silvio Duarte Bock

UNIVERSIDADE, ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Denice Bárbara Catani, Hercília Tavares de Miranda, Luís Carlos de Menezes, Roseli Fischmann (orgs.)
São Paulo, Brasiliense, 1986

Raramente uma coletânea, contendo textos de conferencistas, tocou tão diretamente o tema proposto. Isto ocorreu no livro que Denice Bárbara Catani, Hercília Tavares de Miranda, Luís Carlos de Menezes e Roseli Fischmann organizaram. É incontestável que aos autores dos textos se deve o zelo de passar por exame o assunto indicado, em geral não se perdendo em derivativos.

O livro resultou do Seminário itinerante: "Dependência econômica e cultural, desenvolvimento nacional e formação de professores", ocorrido na Universidade de São Paulo, em 1985. A obra significa proveitoso esforço no sentido de apreciar a formação de professores, em nossos dias, a partir de diversos ângulos. Ela está dividida em duas partes: primeiramente "a dimensão social e política"; depois a "formação universitária e prática do professor".

A parte inicial ("a dimensão social e política") está formada por escritos de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paul Singer, Cláudio Salm, Perseu Abramo e Roberto Romano. Deste conjunto de

escritos, o de Florestan Fernandes – "A Formação Política e o Trabalho do Professor"; o de Paul Singer – "Diploma, Profissão e Estrutura Social"; e o de Perseu Abramo – "O Professor, a Organização Corporativa e a Ação Política", colocam-se como textos exemplares no que diz respeito à dimensão política das atividades educacionais. São lições de clareza, de profundidade e de paixão.

Florestan Fernandes manifesta "três preocupações centrais", relativas de início ao cerceamento do horizonte cultural do professor, depois ao sentido político da atividade do professor e por fim ao que um marxista pensa sobre tal tema. Para ele, o professor tornou-se um instrumento de dominação, não possuindo relação democrática com a sociedade brasileira. Assim o professor tem de conhecer a necessidade de mudança, dentro da escola e fora dela. Indo por esta linha de raciocínio, Florestan Fernandes expõe a segunda preocupação: o sentido político da atividade do professor. Ante a situação brasileira, os professores convivem, mais que os políticos, com os problemas sociais em seu nível político, motivo pelo qual precisam situar-se como cidadãos de uma sociedade capitalista subdesenvolvida, possuindo dificuldades específicas.

Fica, porém, pouco clara no universo do artigo de Florestan Fernandes a afirmação de que: "Um professor deve aprender a pensar em termos de luta de classes, mesmo que não seja marxista". Ainda com a breve referência aos chamados "teólogos da libertação", resta saber como se explicam, por exemplo, as reificações da luta de classes, feitas por teóricos e por movimentos até com nítida posição conservadora ou reacionária.

Paul Singer, de sua parte, considera a escola como credenciadora de pessoas, capaz de separar os que passaram por ela de quem nela não esteve. Apesar disto, para Singer, as posições de mando e as próprias habilidades indispensáveis ao mando na vida econômica da sociedade capitalista, não vêm através da escola, e sim do exercício da própria função. Ocorreu que, na segunda metade do século XX, o desenvolvimento econômico valorizou o credenciamento escolar, devido à burocratização, à expansão tecnológica e às alterações do processo de trabalho.

Segundo Singer, a procura da escola, inclusive pelos adultos, avolumou demasiadamente, conduzindo ao excesso de diplomados e, por consequência, à desvalorização do diploma, base do que Singer entende por crise da escola. A leitura do texto dá a impressão de que a escola credencia e não credencia, revelando um movimento pendular de análise, ao compasso das ondas do mercado, e buscando solução para a crise escolar no alargamento da participação.

Perseu Abramo, ao atentar a situação do professor brasileiro de 1º e 2º graus na estrutura de classes, verifica que ele procede de duas vertentes. Na primeira vertente, se encontra o professor originário de uma camada em processo de proletarização. Decalco em sua posição social, resta-lhe a saída profissional de ser professor. Em outra vertente, põe-se o professor vindo de "camadas realmente populares, ou de camadas de classe média baixa", compondo uma maioria em certos centros urbanos, que "tem-se mostrado, de certa forma, conservadora..."

Perseu Abramo faz ver que, se no passado os professores combatiam sua própria proletarização, preocupando-se também com os problemas gerais da educação, na atualidade obrigam-se a lutar

sobretudo por "reivindicações corporativistas". Hoje, "o professor é mais corporativista do que um reformulador". Tal situação se explica, segundo Abramo, pela frágil ligação entre o professorado e a sociedade, *sem indicar* a necessidade histórica de tal fragilidade e especialmente de tal aprofundamento do corporativismo.

A segunda parte da obra ("Formação universitária e prática do professor") está constituída por textos de Luís Carlos de Menezes, Nélio Parra, Miriam Litchitz Moreira Leite, Eunice Ribeiro Durham, José Mário Pires Azanha, Jorge Nagle, Cecília Guaraná e Luiz Eduardo Wanderley. Esta outra parte carece da homogeneidade presente de alguma maneira na primeira. Há nela compassos e descompassos.

Têm aí relevo os escritos de Luís Carlos de Menezes - "Formar Professores: Tarefa da Universidade"; de José Mário Pires Azanha - "Escola de Oito Anos (A Incompreensão Pedagógica)"; de Jorge Nagle - "As Unidades Universitárias e Suas Licenciaturas: Educadores x Pesquisadores".

As idéias de Menezes, neste artigo, se mostram ágeis e diretas. Para ele, a pesquisa aplicada e a formação de professores reclamam maior interesse da Universidade brasileira, onde deveria haver centros formadores e atualizadores de docentes. Voltando-se para o que chama de "discussão ociosa": o papel crítico ou reprodutor da Universidade, Menezes afasta tal dicotomia, porque ou ela "assume ambos os papéis ou não é Universidade". Reconhecendo que a Educação sozinha não produz lideranças populares e transformações sociais, ressalta no entanto que ela é capaz de "potenciar todo o processo de transformação".

No artigo de Menezes o professor transparece como "agente social", necessariamente com "competência técnica e científica na área da sua especialidade" e também com "competência pedagógica". É neste contexto que expõe questões e aponta propostas relativas a elas.

Já o texto de Azanha enfoca um fato acontecido em 1967, no Estado de São Paulo, quando se "eliminou na prática o exame de admissão ao curso ginasial", aliás generalizado a todo o País em 1971, com o estabelecimento da escola de oito anos. Para Azanha, democratizar o ensino significa "escola para todos e de boa qualidade", desafio que se defronta com a escassez de recursos materiais e humanos, assim como com "a parcela de responsabilidade do próprio magistério na degradação da escola pública". O artigo concentra-se no exame desta responsabilidade, concluindo que "nossa prática cotidiana como professores não pode contrariar aquilo a que aspiramos politicamente..."

O escrito de Nagle historia a licenciatura em suas várias acepções, caracterizando disciplinas e demonstrando a "ausência de um projeto robusto para a licenciatura, especialmente para a universidade pública". De acordo com Nagle, se esta universidade não encaminha bem sua principal tarefa: formar o professor, a "dicotomia educadores x pesquisadores" ainda complica e confunde a situação.

O livro **UNIVERSIDADE, ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES** arrola e submete à crítica temas vivos do ensino superior, abrindo caminhos e aclarando outros. Em que pese momentos de obscuridade e de generalidades, contidos em alguns artigos, ele representa profunda incursão no assunto.

Evaldo Vieira

